
DISSERTAÇÕES

BANDEIRA, Camem Lúcia Bezerra. **ABC das escolas comunitárias: princípios de uma pedagogia popular.** Recife, 1989. 127 p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação, UFPE.

Este estudo versa sobre a prática educativa das Escolas Comunitárias, enquanto experiência de Educação Popular, que se desenvolve em bairros periféricos do Recife e de Olinda, desde os meados da década de 70. Tendo sua origem vinculada à atuação da Igreja Progressista, inscreve-se a experiência no denominado Movimento Popular, que se caracteriza por articular as organizações populares em seu processo de luta pela instituição e ampliação dos espaços de representatividade política. Discute-se, neste sentido, a relação que se estabelece entre a Educação X Movimento Sociais X Estado X Igreja, observando-se, através da trajetória das Escolas Comunitárias, os reflexos do processo de rearticulação da sociedade civil, esfacelada pelo golpe militar de 1964, evidenciando-se o aspecto da articulação entre Educação e Política e principalmente o processo de instituição dos princípios de uma Pedagogia Popular.

ROSA, Ester Calland de Souza. **Aluno portador de deficiência: problema médico-pedagógico ou conquista de cidadania? A educação especial em Pernambuco.** Recife, 1990. 252 p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação, UFPE.

A educação especial entendida como produto de condições sociais concretas, e não como decorrência inevitável da existência, começa a se questionar educacional, no Brasil, em meados do século XIX. Enfocando o estabelecimento de uma política nacional de educação especial, procurou-se retratar o processo de conquista do direito formal à escola e do reconhecimento dos direitos de cidadão do portador de deficiência.

Levanta-se a questão se os avanços observados na política

de educação especial referentes ao atendimento dos direitos sociais do portador de deficiência, resultantes de conquistas de sua organização, na prática, permitiram a superação do modelo médico tradicional.

O exame deste problema, realizado através do estudo de caso do atendimento educacional ao portador de deficiência em Pernambuco, que vem priorizando na política de educação especial a sua inserção no ensino regular, mostrou que há alunos especiais que não estão em classes especiais ou escola especial por não ser constatada deficiência física, sensorial ou mental que intervenha no seu aprendizado escolar, mas por apresentarem inadaptação à escola regular são tomados apenas secundariamente como aluno, sendo interpretada a sua inadaptação como doença, levando à prescrição de "tratamento pedagógico" efetuado por agentes de saúde na rede especial de ensino.